



Pré-sal
Petróleo

RELATÓRIO ANUAL DE
ATIVIDADES DE
AUDITORIA INTERNA 2016

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	3
2.1 Implementação das diretrizes presentes nos modelos conceituais COSO I e COSO II	4
2.2 Implementação dos Temas	6
2.5 Análise comparativa 2015 e 2016	7
2.5 Conclusão	9
3. ATIVIDADES DE AUDITORIA PROGRAMADAS.....	10
4. ATIVIDADES EXTRAPROGRAMADAS.....	18
5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	18
6. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES.....	19
7. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS.....	19

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração.

A Unidade de Auditoria Interna tem por objetivo assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito da empresa e apoiar os órgãos federais de controle interno e externo no exercício de sua missão institucional.

Conforme o Decreto nº 3.591/2000, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta vinculadas aos Ministérios estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria Geral da União- CGU.

A CGU detém competência para avaliar o desempenho da Auditoria Interna. Para efeito de integração das ações de controle, a unidade de auditoria interna deve apresentar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício anterior (RAINT).

O presente Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, foi elaborado pela Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo, de acordo com a Instrução Normativa nº 24 de 17 de novembro de 2015, da Controladoria Geral da União – CGU.

2. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Iniciamos a apresentação do RAIN com a síntese da análise acerca do nível de maturação dos controles internos e da gestão dos riscos corporativos da empresa. Esta análise foi feita por meio de avaliação sobre a percepção dos gestores acerca do grau de implementação da gestão da empresa, envolvendo, além dos temas mencionados (gestão de riscos e controles internos), a implementação da governança, planejamento institucional e desempenho operacional.

Foi confeccionado questionário como objetivo de colher informações sobre as práticas de gestão, visando avaliar os temas mencionados. Este instrumento foi elaborado pela Auditoria Interna da PPSA, com base no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, em modelos internacionais aplicados à governança e à gestão estratégica, tais como o adotado na esfera federal dos Estados Unidos (Human Capital Assessment and Accountability Framework) e o publicado pela Federação Internacional de Contadores (Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective), em modelos nacionais adotados pelos órgãos de controle CGU e TCU (Perfil GovPessoas e PerfilGovTI), nas orientações da ISO 31000 (Gestão de riscos – Princípios e diretrizes) e nos modelos conceituais COSO I (Internal Control – Integrated Framework) e COSO II (Enterprise Risk Management – Integrated Framework)

As informações geradas pelo questionário são de grande importância e visam contribuir para o aprimoramento na gestão da empresa, na medida em que fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

O questionário é composto por perguntas sobre políticas e práticas relacionadas a Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos. As perguntas estão divididas nos 8 componentes propostos no modelo conceitual COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework): Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

Esta metodologia procurou abranger importantes fatores críticos para o alcance de resultados e o cumprimento da missão organizacional.

O questionário foi distribuído para as quatro Diretorias da PPSA, que apresentaram um diagnóstico da gestão da empresa baseado nas impressões de cada uma. Após a coleta dos resultados, foi quantificada a média das respostas de cada item, visando a diluir as variações encontradas nas respostas. A seguir, apresentamos uma síntese do diagnóstico realizado:

2.1 Implementação das diretrizes presentes nos modelos conceituais COSO I e COSO II

Considerando a adoção de políticas e diretrizes relacionadas à estrutura dos controles internos (COSO I), o grau de implementação apresentou a seguinte configuração.

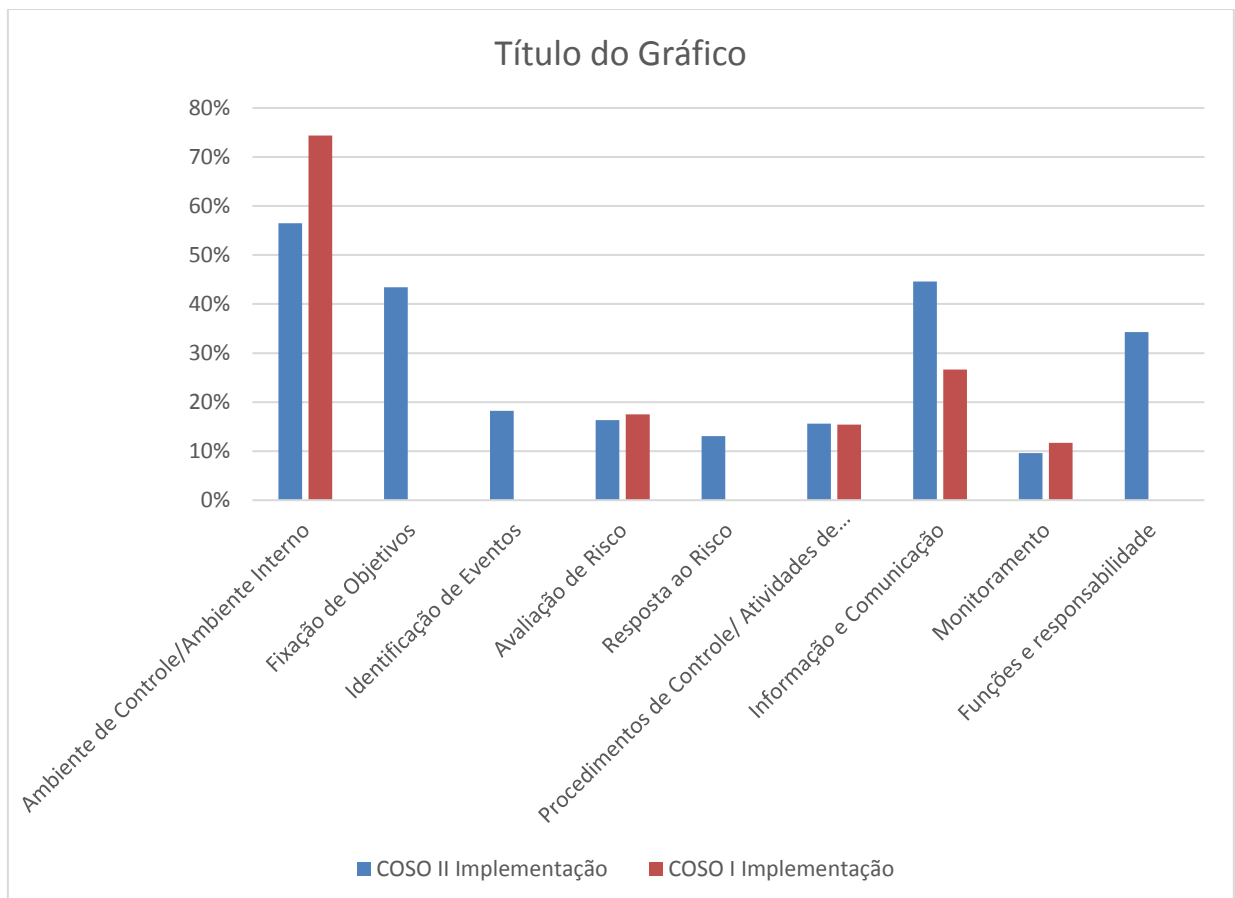
Rótulos de Linha	Média de Implementação média ²	Média de Relevância da Questão (média) ²
Ambiente de Controle	74%	86%
Avaliação de Risco	18%	74%
Procedimentos de Controle	15%	70%
Informação e Comunicação	27%	72%
Monitoramento	12%	70%
Total Geral	39%	77%

Na avaliação baseada nas diretrizes apresentadas no modelo conceitual COSO I (Internal Control – Integrated Framework), avaliação voltada à estrutura de controles internos, os componentes que apresentaram menor grau de implementação foram Atividades de Controle e Monitoramento (12%), seguido por Procedimento de Controle (15%) e Avaliação de Riscos (18%). A média de implementação das políticas/diretrizes é de 39%.

Considerando a adoção de políticas e diretrizes relacionadas à estrutura de gestão de riscos corporativos (COSO II), o grau de implementação apresentou a seguinte configuração.

Rótulos de Linha	Média de Implementação média2	Média de Relevância da Questão (média)2
Ambiente Interno	56%	80%
Fixação de Objetivos	43%	81%
Identificação de Eventos	18%	71%
Avaliação de Risco	16%	69%
Resposta ao Risco	13%	68%
Atividades de Controle	16%	65%
Informação e Comunicação	45%	74%
Monitoramento	10%	63%
Funções e responsabilidade	34%	76%
Total Geral	34%	74%

Na avaliação baseada nas diretrizes apresentadas no COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework), avaliação voltada à estrutura de gestão de riscos corporativos, os componentes que apresentaram menor grau de implementação foram Monitoramento (10%), Resposta ao Risco (13%), Avaliação de Risco e Procedimento de Controle (16%). A média de implementação das políticas/diretrizes é de 34%.



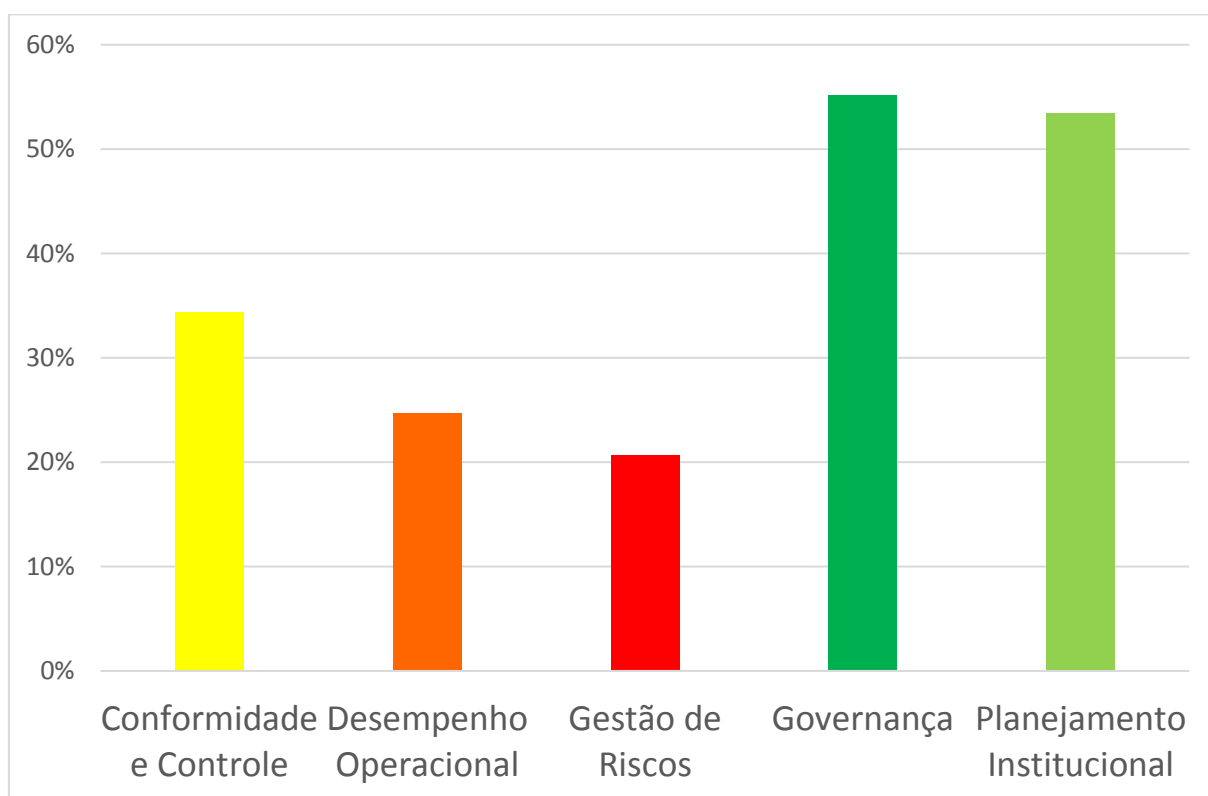
Em ambos os modelos conceituais, as avaliações dos componentes relacionados à gestão de risco corporativo (avaliação e resposta ao risco), ao monitoramento e aos procedimentos/atividades de controle foram avaliados abaixo da média.

2.2 Implementação dos Temas

As questões estão agrupadas nos oito componentes COSO, a saber: Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

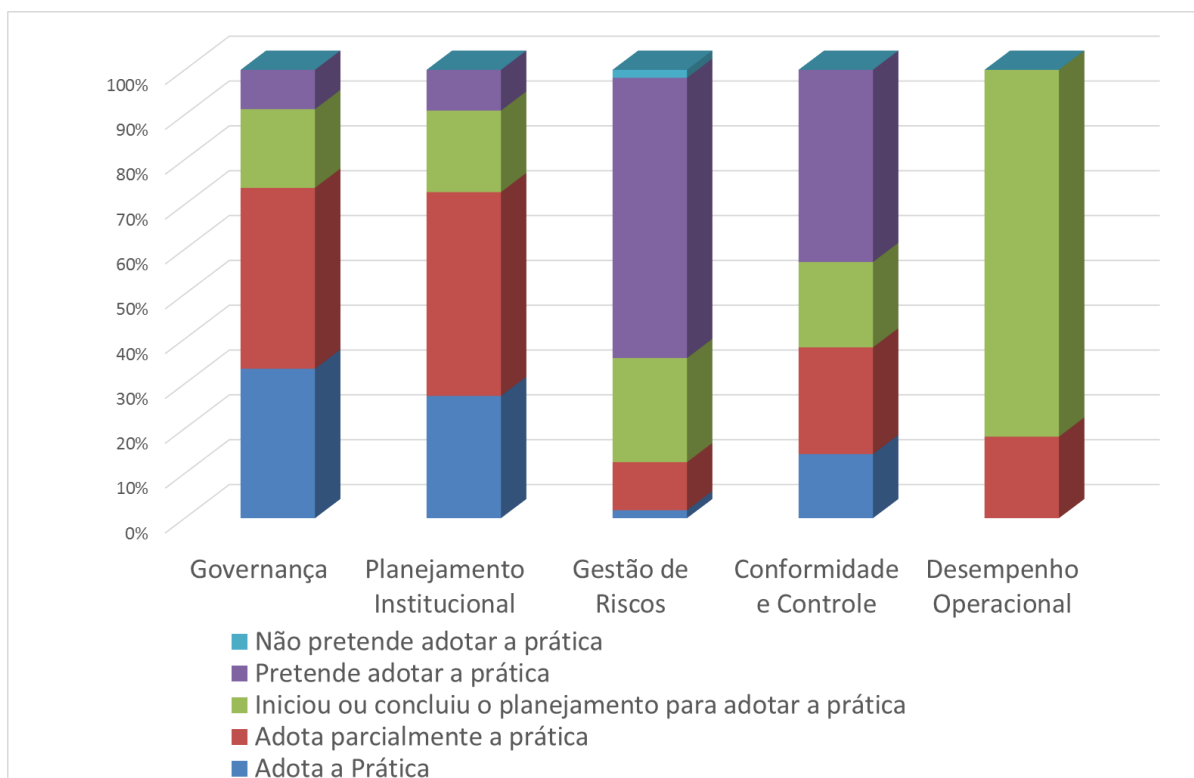
Os componentes possuem perguntas sobre políticas e práticas relacionadas aos seguintes temas: Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos.

A seguir apresentamos uma avaliação sintética do grau de implementação dos temas:



As políticas e diretrizes relacionadas à gestão de riscos corporativos, ao desempenho operacional e à conformidade e controle tiveram o menor grau de implementação, de acordo com a avaliação. Cabe destacar que na formulação do questionário, foram consideradas como práticas e políticas de “Governança” apenas as relacionadas à formação da base fundamental, o que dá alicerce para a estruturação da empresa e para o desenvolvimento dos demais universos. Para nossa análise adotamos um enfoque mais restrito, uma vez que em sentido amplo ela abarcaria todos os demais temas analisados (Planejamento Estratégico, Gerenciamento de Riscos, Desempenho empresarial, Conformidade e Controles Internos).

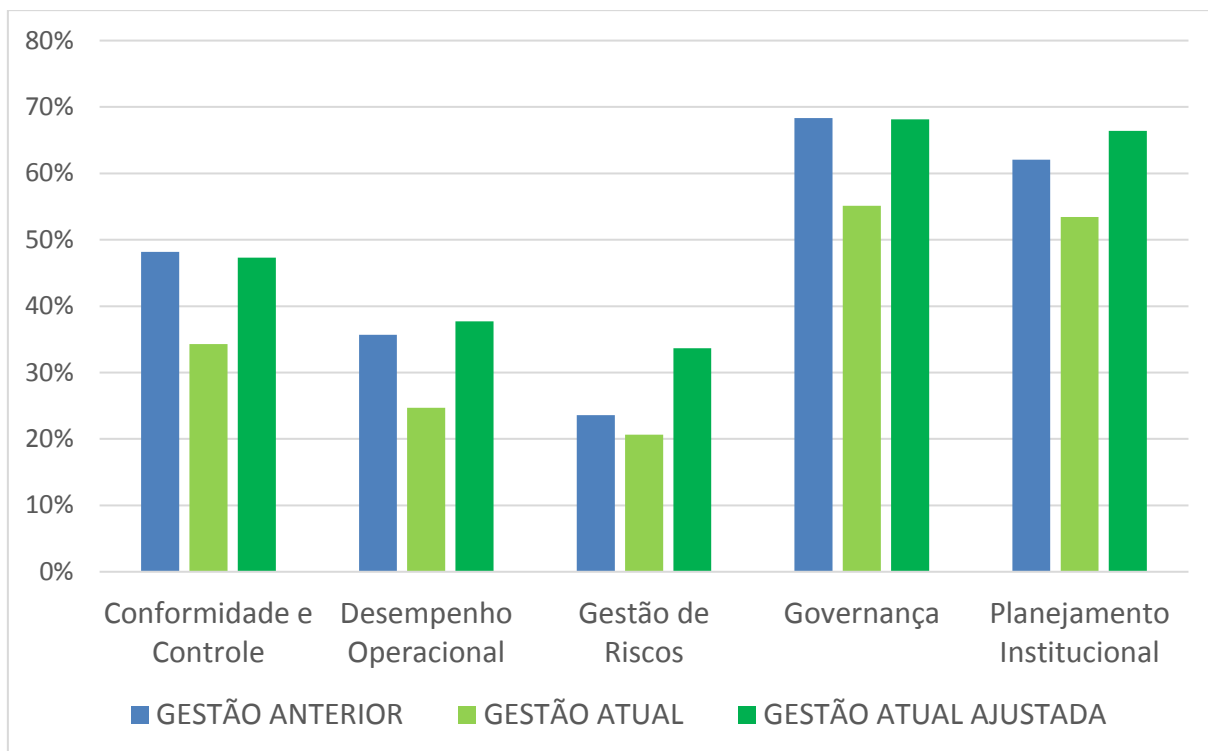
As questões referentes às políticas e diretrizes foram divididas em 5 estágios de implementação: 1 - Não adota a prática, 2 - pretende adotar a prática, 3 - iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática, 4 - adota parcialmente a prática e 5 - adota a prática. No gráfico, a seguir, apresentamos para cada tema, o percentual de questões classificadas em cada estágio de implementação.



Percebemos que o tema governança possui o maior percentual de implementação de políticas e diretrizes, 74% foram consideradas adotadas ou parcialmente adotadas, no outro extremo, o tema gestão de riscos, possui o menor percentual de implementação, apenas 13% das políticas foram consideradas adotadas ou parcialmente adotadas.

2.5 Análise comparativa 2015 e 2016

A Auditoria Interna iniciou o processo de avaliação dos controles interno no quarto trimestre de 2016, entretanto, o processo foi interrompido em função da mudança de Direção da empresa. O questionário foi distribuído para nova Direção após uma fase de adaptação (2 meses). A nova Direção, naturalmente, não compartilha exatamente da mesma visão da gestão anterior sobre todos os pontos apresentados nos questionamentos, entretanto, em termos gerais apresentaram percepções bastante similares.



Percebemos que a visão apresentada pela nova gestão possuía a mesma oscilação, porém em proporção ligeiramente diferente. Aplicando um fator de correção uniforme para todos os temas, percebemos que os resultados são extremamente similares.

A diferença proporcional identificada em todos os temas é bastante compreensível, uma vez que novos gestores tendem a ter visões mais críticas a respeito de gestões anteriores, o que impacta de maneira generalizada todos os temas avaliados.

Podemos apontar como única alteração significativa na avaliação dos temas, uma melhora relativa na percepção a respeito da Gestão de Riscos. No momento da primeira avaliação, 2015, não havia nenhuma prática voltada a gestão de riscos, posteriormente houve um workshop e o assunto passou a ser discutido internamente, resultando no início da adoção de algumas iniciativas. Devemos destacar que a Gestão de Riscos foi avaliada em 20% de grau de implementação, o que significa que na média as questões foram avaliadas como “iniciou ações para adotar a prática”.

Outro ponto que apresentou uma pequena melhora foi o Planejamento Institucional, isso possivelmente se deve ao fato de diversas questões sensíveis se relacionarem a existência de um planejamento estratégico, fato que foi superado logo nos primeiros meses de atuação da Gestão atual. Entretanto, a variação apontada pode estar dentro de uma margem de erro, considerando que aos questionamentos utilizados na avaliação possuem um certo grau de subjetividade.

Ambas as Direções consideraram as políticas e diretrizes relacionadas à gestão de riscos corporativos, ao desempenho operacional e à conformidade e controle como as de menor grau de implementação.

Da mesma forma os perfis de avaliação referente ao grau de implementação dos componentes COSO I e COSO II se mantiveram bastante similares, sem mudanças significativas.

2.5 Conclusão

A metodologia utilizada para análise do grau de implementação da gestão encontra-se em processo de maturação, além disso carece de parâmetros comparativos externos com outras instituições que se encontram em processo de implementação de sua estrutura de gestão. Entretanto, a metodologia utilizada permite a identificação de temas com maior defasagem de implementação, além de servir como um referencial para o acompanhamento evolutivo de implementação de cada tema.

As informações geradas fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além de fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

Na análise foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, fazendo um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. A previsão da Auditoria é aplicar o questionário anualmente.

A Pré-sal Petróleo encontra-se em processo de implantação, diversos aspectos referentes à estruturação básica estão sendo implementados. Por essa razão, atualmente, o índice de implementação das políticas se encontra baixo. As políticas/diretrizes que apresentaram maior defasagem na implantação foram às relacionadas à gestão de risco, à conformidade e controle e ao desempenho operacional.

Atualmente a empresa está adotando ações que irão colaborar na melhoria da gestão da empresa, refletindo na percepção geral da implementação das políticas/diretrizes, o que será observado na próxima avaliação a ser realizada no final deste exercício.

A seguir, elencamos as ações que irão colaborar para melhoria da percepção da implementação das políticas/diretrizes de gestão, que estão em fase de estudo e implantação:

- Implantação do Planejamento Estratégico
- Mapeamento de Processos e Macroprocessos e confecção de procedimentos e manuais
- Criação do Planejamento Tático/Operacional, e o respectivo Plano de Ação.

Em que pese as medidas, acima apresentadas, representarem uma melhoria na gestão, a empresa deve intensificar as ações voltadas a desenvolver sua estrutura de avaliação de desempenho operacional e de gestão de riscos corporativos.

Atualmente o questionário de avaliação apenas mensura o grau de implementação e a relevância (gravidade) dos temas, não há perguntas relativas a urgência de implementação e a tendência de evolução da situação caso nenhuma ação seja adotada. Incorporando a urgência e a tendência teremos uma ferramenta mais completa para tomada de decisão dos gestores na priorização de implementação dos temas (ferramenta GUT). A auditoria interna, na próxima avaliação, irá incorporar os dois parâmetros adicionais, urgência e tendência.

3. ATIVIDADES DE AUDITORIA PROGRAMADAS

A seguir apresentamos as atividades propostas no PAINTE 2016, a comparação entre o tempo estimado e gasto na realização de cada atividade, o status atual de conclusão de cada atividade e comentários acerca de sua realização em 2016:

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 001 – ELABORAÇÃO DO RAINTE 2015

Avaliação sumária - Riscos: Não atendimento às exigências do Controle Interno. Não monitoramento/acompanhamento das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna.

Relevância: Acompanhar a evolução das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna.

Objetivo da Auditoria: Dar ciência ao órgão de Controle Interno e ao Conselho de Administração das atividades executadas pela Auditoria Interna no exercício anterior.

Resultados Esperados: Elaboração do RAINTE em conformidade com a legislação pertinente e seu encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido.

Escopo: Acompanhamento da execução das atividades de auditoria planejadas para 2015.

Tempo estimado em RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 48 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

O RAINTE 2015 foi elaborado observando as orientações constantes da Instrução Normativa CGU n.º 24/2015, respeitando o prazo de envio. A Controladoria Geral da União não apresentou críticas acerca de seu conteúdo.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 002 – ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2015 E O PROCESSO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Avaliação sumária - Riscos: Não atender às exigências do Controle Interno e Externo e não cumprir com as decisões normativas do TCU.

Relevância: Prestar Contas para a sociedade.

Objetivo da Auditoria: Acompanhar a formalização do Relatório de Gestão, de acordo com a legislação pertinente.

Resultados Esperados: Envio do Relatório em conformidade com a legislação pertinente e dentro do prazo legalmente determinado.

Escopo: Assessorar a realização do Relatório Anual de Gestão relativo ao exercício de 2015.

Tempo estimado em RH/Horas: 160 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 240 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

O relatório de gestão de 2015 foi concluído e entregue no prazo. A Auditoria Interna realizou apresentação para o corpo de funcionários orientando sobre a importância do tema, além de orientar na observância do conteúdo e assessorar no processo de confecção e envio.

Foram excedidas 80 RH/Horas do planejamento inicial para assessorar a elaboração do relatório, tendo em vista as novas exigências de escopo e método de preparação e envio do relatório. Além disso, a Auditoria Interna não contou com o apoio de funcionário ou secretária para auxiliar na estruturação do relatório.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 003 – AUDITORIA DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE CUSTO EM ÓLEO – (Continuação Ação de Auditoria n.º5/2015)

Avaliação sumária - Riscos: Redução dos recursos para o Fundo Social – FS, conforme Lei 12.351/2010, artigo 49º, Inciso III.

Relevância: Atendimento ao disposto nos Contratos de Partilha da Produção

Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos utilizados na gestão dos processos relativos à apuração do custo em óleo a ser ressarcido ao consórcio.

Resultados Esperados: Coibir as irregularidades e impropriedades. Ampliar a governança do processo.

Escopo: Verificar as trilhas dos gastos reconhecidos, analisar o processo de reconhecimento de custo em óleo e realizar testes amostrais.

Tempo estimado em RH/Horas: 304 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 264 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

Os pontos de auditoria detectados foram enviados para resposta e comentários das diretorias. Foram propostas melhorias na gestão operacional, com alteração no procedimento, fluxograma e propostas de manualização de atividades.

Foram recomendadas revisões na metodologia adotada na verificação de pertinência e consistência dos gastos, aprimoramento na análise orçamentária, na verificação da variação cambial, no reconhecimento do hh próprio operador e secondees, na identificação dos impostos e na definição dos serviços prestados pelo operador.

Foi recomendada a realização de controles das remessas anteriores dos gastos apresentados para reconhecimento e no gerenciamento da conta custo em óleo. Foi recomendada, também, a confecção de procedimentos para reexame de custo em óleo, para análise dos pedidos de reconsideração e o aprimoramento da auditoria de custo em óleo, por meio da revisão da estrutura organizacional.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 004 – AUDITORIA NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Avaliação sumária - Riscos: Redução dos recursos para o Fundo Social – FS, conforme Lei 12.351/2010, artigo 49º, Inciso III. Gestão ineficiente do Contrato de Partilha.

Relevância: Atendimento aos dispostos da Lei 12.351/2010 e atendimento ao disposto nos Contratos de Partilha da Produção.

Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos relativos à participação dos representantes da PPSA nos Comitês Operacional, Técnico e Financeiro.

Resultados Esperados: Coibir as irregularidades e impropriedades. Ampliar a governança do processo.

Escopo: Verificar os procedimentos e manuais utilizados na participação da PPSA nos Comitês do Contrato de Partilha e mapear o macroprocesso e os processos relacionados.

Tempo estimado em RH/Horas: 208 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 264 homens-hora

Status Atual: Em planejamento.

Comentários:

A atividade foi iniciada em 2016, foram realizadas entrevistas e levantamentos de dados para confecção do planejamento da ação de controle. Neste levantamento, constatou-se a ausência de estrutura básica de governança. Com isso, a Auditoria Interna atuou, preventivamente, assessorando na construção do modelo da tabela de limites de competência para aprovação. Entretanto, é preciso avançar no mapeamento do macroprocesso de gestão do contrato de partilha e na construção dos procedimentos críticos a ele associados.

A análise será retomada no exercício de 2017, após a etapa de prestação de contas da empresa.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 005 – AUDITORIA NO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Avaliação sumária - Riscos: Descumprimento da Lei n.º 12.351/2010 e da Resolução ANP Nº 25/2013.

Relevância: Atendimento ao disposto na Lei 12.351/2010

Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos utilizados na gestão dos processos de individualização da produção.

Resultados Esperados: Coibir as irregularidades e impropriedades. Ampliar a governança do processo.

Escopo: Verificar os procedimentos e manuais utilizados para realização dos Acordos de Individualização da Produção e mapear o macroprocesso e os processos relacionados.

Tempo estimado em RH/Horas: 304 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 0 homens-hora

Status Atual: Não realizada.

Comentários:

No exercício de 2016, o assunto em questão foi objeto de ação de controle específica do TCU, sendo proferido o Acórdão n.º 72/2017- Plenário.

A ação de auditoria n.º 5 foi remanejada para o exercício de 2017, com vistas ampliar a análise, contemplando a verificação da implementação das recomendações proferidas pelo Tribunal.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 006 – ELABORAÇÃO DO PAINT 2017

Avaliação sumária - Riscos: Comprometimento das atividades de auditoria executadas no exercício seguinte.

Relevância: Orientar os trabalhos de auditoria e permitir ao Gestor e Órgão de Controle acompanhamento das ações previstas pela Auditoria Interna.

Objetivo da Auditoria: Dar ciência aos órgãos de controle interno e externo das atividades programadas para 2017

Resultados Esperados: Elaboração do PAINT em conformidade com a legislação pertinente e seu encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido

Escopo: Definição das áreas e atividades de acordo com as prioridades institucionais para 2017

Tempo estimado em RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 40 homens-hora

Status atual: Concluída

Comentários:

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2017, após apreciação do Conselho de Administração, foi encaminhado para análise prévia da CGU, a qual não se manifestou acerca de seu conteúdo. A versão final do PAINT 2016, aprovada, pelo CA está sendo enviada junto com este Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2016 à CGU, respeitando o prazo estipulado no art 8º e art 16 da IN CGU n.º 24/2015.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 007 – AVALIAÇÃO ANUAL DA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCO. ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO DA AUDITORIA

Avaliação sumária- Riscos: O Sistema de Controle Interno da PPSA pode falhar na identificação, mensuração e registro dos fatos e eventos. Ausência da Gestão de Risco não permite a identificação de áreas críticas da organização.

Relevância: O sistema de controle é instrumento de gestão imprescindível para os setores, como a de controladoria, que depende da informação para a execução de suas atividades, mitigando o risco de desconhecimento do real cenário em que tais atividades são executadas.

Objetivo da Auditoria: Avaliar a estrutura existente de controles internos e a política de gestão de riscos.

Resultados Esperados: Aprimoramento dos Controles Internos e da Política de Gestão de Riscos Corporativos.

Escopo: Análise do Gerenciamento de Riscos Corporativos e da Estrutura de Controles Internos orientado pelo COSO I, COSO II e ISO 31000.

Tempo estimado em RH/Horas: 104 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 40 homens-hora

Status Atual: concluída

Comentários:

Foi apresentado, um resumo do conteúdo trabalhado no primeiro capítulo deste relatório. A atividade foi concluída em janeiro de 2017, consumindo mais 120 RH/Horas. Com isso, foram efetivamente consumidas 160 RH/Horas. O atraso ocorreu devido a necessidade de reenvio do relatório para nova gestão e da realização de ajustes no questionário.

O questionário foi reaplicado para os novos gestores e as conclusões obtidas apresentaram bastante similaridade com a da gestão anterior, confirmando a metodologia adotada.

Na análise foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi possível fazer um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados.

Foi constatado, com a avaliação realizada, que diversos aspectos referentes à estruturação básica estão sendo implementados, o que é razoável para uma empresa em processo de estruturação. Por essa razão, atualmente, o índice de implementação das políticas se encontra baixo. As políticas/diretrizes que apresentaram maior defasagem na implantação foram às relacionadas à gestão de risco, à conformidade e controle e ao desempenho operacional.

Atualmente a empresa está adotando ações que irão colaborar na melhoria da gestão da empresa, refletindo na percepção geral da implementação das políticas/diretrizes, o que será observado na próxima avaliação a ser realizada no final deste exercício.

A seguir, elencamos as ações que irão colaborar para melhoria da percepção da implementação das políticas/diretrizes de gestão, que estão em fase de estudo e implantação:

- Planejamento Estratégico
- Mapeamento de Processos e Macroprocessos e confecção de procedimentos e manuais
- Criação do Plano de Ação para implementação da estratégia.

A empresa deve intensificar as ações voltadas a desenvolver a sua estrutura de avaliação de desempenho operacional e de gestão de riscos corporativos.

Atualmente a ferramenta, o questionário utilizado, apresenta o grau de implementação e a relevância (gravidade) dos temas. Entretanto, não há perguntas relativas a urgência de implementação do tema e da tendência de evolução da situação caso nenhuma ação seja adotada. Incorporando a urgência e a tendência teremos uma ferramenta mais completa para tomada de decisão dos gestores na priorização de implementação dos temas (ferramenta GUT).

A auditoria interna, na próxima avaliação, irá incorporar os dois parâmetros adicionais, urgência e tendência.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 008 - AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES DIRETAS

Avaliação sumária- Riscos: Existência de impropriedades nos processos licitatórios e nas contratações diretas.

Relevância: É considerada a área relevante pelos riscos envolvidos. Praticamente todos os recursos da Instituição, de capital e custeio, são aplicados via licitação/ contratação direta.

Objetivo da Auditoria: Analisar se na instrução dos processos de licitação e das contratações diretas foram cumpridos os princípios administrativos e as normas vigentes; observar as especificações dos objetos verificando se houve restrição à competição ou direcionamento da licitação e avaliar a eficiência e a eficácia dos recursos públicos envolvidos.

Resultados Esperados: Processos bem formalizados e em consonância com legislação vigente

Escopo: 1 - Verificar a adequação da modalidade de licitação utilizada com base nos critérios qualitativos e quantitativos em vigor. 2- Verificar, nas requisições de compra, serviços e obras: se a natureza do material é compatível com as atividades típicas da requisitante 3-Verificar se ocorreu o correto enquadramento, de acordo com as hipóteses de inexigibilidade de licitação. 4-Verificar se ocorreu correto enquadramento, de acordo com as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação. Serão examinados os processos licitatórios e as contratações diretas mais relevantes (valor e risco).

Tempo estimado em RH/Horas: 160 homens-hora

Status Atual: Não executada

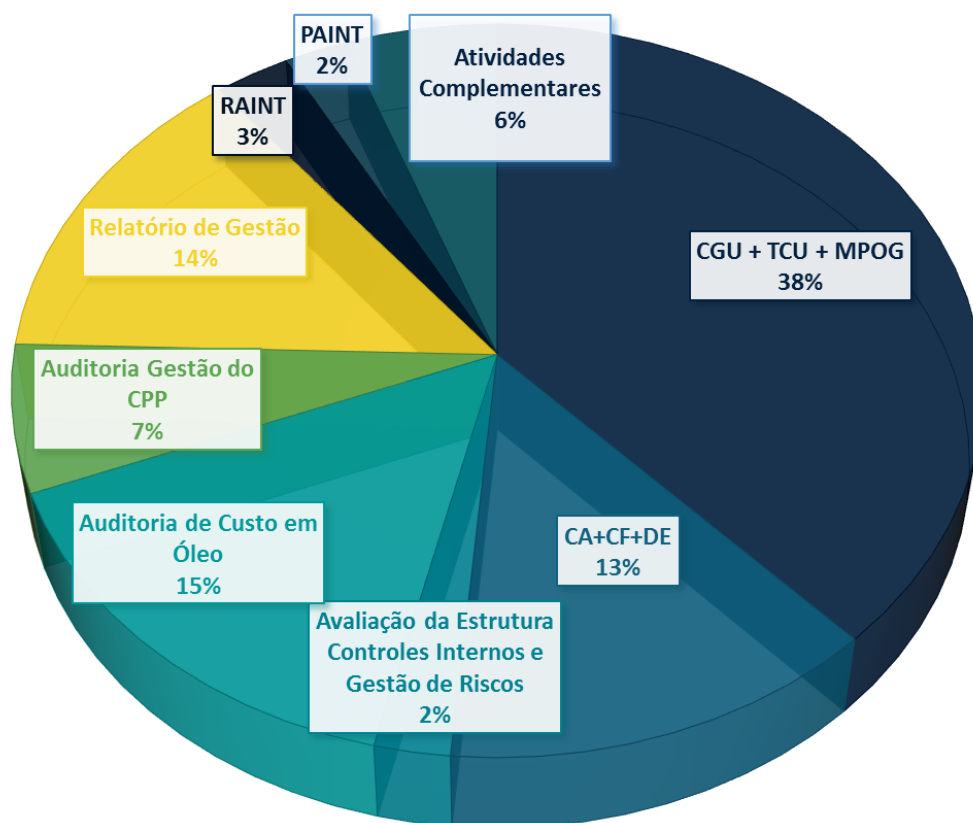
Comentários:

A ação de controle não foi executada em função do excesso de horas utilizadas para atendimento às demandas dos órgãos de controle (720% acima do previsto, consumindo 656 horas). A Auditoria Interna está buscando, junto a direção da empresa, a disponibilização de pessoal de apoio para auxiliar no exercício das atividades de atendimento.

QUADRO – AÇÕES HH ESTIMADO E REALIZADO 2016.

	HH Estimado	HH Realizado	HH Variação	% Estimado	% Realizado
Ação de Auditoria n.º 1 – Elaboração do RAINTE 2015	40	48	20%	2%	3%
Ação de Auditoria n.º 2 – Assessorar a elaboração do relatório de Gestão 2015 e no Processo de Prestação de Contas.	160	240	50%	9%	14%
Ação de Auditoria n.º 3 – AUDITORIA DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE CUSTO EM ÓLEO	304	264	-13%	18%	15%
Ação de Auditoria n.º 4 – AUDITORIA NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO	208	112	-46%	12%	6%
Ação de Auditoria n.º 5 – AUDITORIA DO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	304	0	-100%	18%	0%
Ação de Auditoria n.º 6 – Elaboração do PAINT 2017	40	40	0%	2%	2%
Ação de Auditoria n.º 7 – AVALIAÇÃO ANUAL DA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS.*	104	40*	-62%	6%	2%
Ação de Auditoria n.º 8 – AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES DIRETAS	160	0	-100%	9%	0%
Reserva técnica para atendimento às demandas de Órgãos de Controle (TCU, CGU e SEST).	80	656	720%	5%	38%
Reserva técnica para atendimento de solicitações especiais da Alta Administração. (DE, CA e CF)	208	232	12%	12%	13%
Atividades complementares (revisão de relatórios, revisão de procedimentos, manuais, mapeamento de processo, padronização das práticas da Auditoria e estudos especiais)	120	96	-20%	7%	6%
Horas reservadas ao acompanhamento da implementação das recomendações de auditoria	0	0	0%		
Férias	200	200	0%		
Total	1928	1980	0%		

*Foram consumidas mais 80 horas no exercício de 2017.



4. ATIVIDADES EXTRAPROGRAMADAS

Durante o exercício de 2016 somente foi realizada uma atividade sem previsão no PAIN T. Atendendo a Correspondência Interna - GRH n.º 10/2016 e ao Ofício Circular n.º 30/2016-MP, de 26 de janeiro de 2016, a Auditoria Interna procedeu análise visando a ratificar as informações constantes da planilha “Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais– Análise de conformidade dos valores realizados versus limites autorizados”. A realização da mencionada atividade não impactou o cronograma da Auditoria Interna e foi alocada como atendimento de solicitações especiais da alta administração.

5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2016, a PPSA atendeu a diversas demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A Auditoria Interna, no exercício de sua função de interlocução com os órgãos de controle e de assessoramento a direção da empresa, atuou no atendimento demandas mencionadas, a seguir detalhadas:

- a) Fornecimento de informações. Atendimento às demandas de monitoramento, do TCU, da implementação das recomendações constantes do Acórdão 2.900/2015-Plenário- Auditoria de Levantamento – Processo TC 003.487/2016-4.
- b) Atendimento à equipe do TCU na auditoria operacional referente a gestão dos Acordos de Individualização da Produção - Processo TC 014.155/2016-8 – Auditoria Operacional.
- c) Atendimento à equipe da CGU na Auditoria Anual de Contas da PPSA.
- d) Respostas a questionamentos pontuais do TCU sobre a estrutura de transparência da PPSA e diversos questionamento do SEST a respeito de práticas de governança adotadas pela PPSA.

A Auditoria Interna, no planejamento de suas atividades, reservou 80hh para atendimento às demandas dos órgãos de controle, entretanto ocorreram demandas além das previstas consumindo 656hh.

A empresa possui uma estrutura enxuta, 30 funcionários, sendo um funcionário dedicado para a execução da atividade de Auditoria. O excesso de demandas, não previstas, acabou impactando na atuação da Auditoria Interna. Para 2017, a auditoria prevê o apoio de colaborador para auxiliar nesta atividade de controle e atendimento as demandas externas e apoio a confecção do Relatório de Gestão da PPSA.

6. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

A criação da Auditoria da Pré-sal Petróleo é recente, as recomendações pendentes de implementação serão acompanhadas quando da realização de atividades de follow-up.

7. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS

Durante o exercício de 2016, a Auditoria Interna participou de diversas atividades assessorando à Diretoria Executiva. A Auditoria Interna assessorou na confecção do Relatório de Gestão da empresa, no atendimento a diversas demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A Auditoria Interna procedeu à confecção do RAIN 2015, atendendo as novas orientações constante da IN CGU n.º 25/2015 e à confecção do PAINT 2017, que foi levado a apreciação do Conselho de Administração, com o encaminhamento da versão final à CGU.

Com relação à ação de avaliação da estrutura de controles internos e gestão de riscos corporativos, foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi possível fazer um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados.

Com relação às Auditorias Operacionais realizadas na Análise do Macroprocesso de Reconhecimento de Custo em Óleo e na Auditoria do Processo de Reconhecimento de Custo em Óleo, apresentamos a seguir, de forma sintética, o resultado da atuação da Auditoria:

- Foram propostas melhorias na gestão operacional, com alteração no procedimento, fluxograma e propostas de manualização de atividades.
- Foram recomendadas revisões na metodologia adotada na verificação de pertinência e consistência dos gastos, aprimoramento na análise orçamentária, na verificação da variação cambial, no reconhecimento do hh próprio operador e secondees, na identificação dos impostos e na definição dos serviços prestados pelo operador.
- Foi recomendada a realização de controles das remessas dos gastos apresentados para reconhecimento e no gerenciamento da conta custo em óleo.
- Foi recomendada, também, a confecção de procedimentos para reexame de custo em óleo, de análise dos pedidos de reconsideração, além de recomendações de aprimoramento do monitoramento/auditoria de custo em óleo, por meio da revisão da estrutura organizacional.

Em 2016, a Auditoria Interna deu início a ação de auditoria n.º 4 - Auditoria no Processo de Gestão do Contrato de Partilha da Produção. Esta ação tem como objetivo avaliar os procedimentos relativos à participação dos representantes da PPSA nos Comitês Operacional, Técnico e Financeiro.

No último trimestre, foram realizadas entrevistas e levantamentos de dados para confecção do planejamento da ação de controle. Neste levantamento, constatou-se a ausência de estrutura básica de governança. Com isso, a Auditoria Interna atuou, preventivamente, assessorando na construção do modelo da tabela de limites de competência para aprovação. Entretanto, é preciso avançar no mapeamento do macroprocesso de gestão do contrato de partilha e na construção dos procedimentos críticos a ele associados. A análise será retomada no exercício de 2017, após a etapa de prestação de contas da empresa.

No final de 2016, a Auditoria Interna apoiou a gestão da empresa na construção do Planejamento Estratégico e na estruturação de um modelo para a atividade de fiscalização (monitoramento e auditoria) de custo em óleo, objeto de recomendação na Auditoria Processo de Reconhecimento de Custo em Óleo.

De maneira geral, os pontos de auditoria identificados nos trabalhos realizados, estão associados à ausência de procedimentos, de mapeamento de processos, de orientações, de definições e de manuais, o que é típico em projetos e empreendimentos em fase de estruturação. Não foram identificados pontos que configurassem fraudes, apenas algumas falhas e inconsistências, fraquezas, que, se não tratadas, podem comprometer a realização de atividades e proporcionar espaço para irregularidades.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017.

Nelson Alves Santiago Neto
Auditor Interno